
A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIALIZADOR QUE SE DESENVOLVE NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS*

PATRÍCIA MARCELINA DE LOURES**, JOSÉ MARIA
BALDINO***, MARIA ZENEIDE MAGALHÃES CARNEIRO

Resumo: este artigo propõe-se a discutir as possibilidades educativas e culturais entre educação formal x educação informal e não formal; escolar e não escolar, institucional e social, dentre outras. A LDBEN de 1996, no Brasil, acabou ampliando o seu conceito nacional de educação com foco na formação humana possível de construção em diferentes espaços sociais.

Palavras-chave: Educação formal. Educação informal. Educação não formal.

As noções de educação moderna privilegiaram sobremaneira o seu caráter socializador aliado ao discurso político que a uma nova ordem social impunha-se formar o novo homem por intermédio de suas agências intrinsecamente educativas: a família e a escola. Isso vem explicar porque em todas as normalizações legais, primeiro a instrução e, mais recentemente, a educação sempre foram definidas como sendo responsabilidade da família e do Estado. Concebê-la nos termos anunciados de vir a ocorrer também em espaços proporcionados pelas manifestações culturais, muito recentemente presente nos discursos pedagógicos, impõe-se como indispensável, sendo necessário aportar-se em teorizações contemporâneas que possam fundamentá-la.

Essa perspectiva privilegia a noção e abrangência dos processos de transmissão de saberes bem como proporciona as bases de sustentação que garantem a legitimidade da edu-

* Recebido em: 02.11.2014. Aprovado em: 21.11.2014.

** Mestre em Educação pela PUC GOIÁS. Professora da PUC GOIÁS e da rede pública de ensino. Pesquisadora História e Memória da Educação. E-mail: patricia.lourespucgo@gmail.com.

*** Doutor em Educação pela UNESP-MARÍLIA/SP. Professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da PUC GOIÁS. Pesquisador História e Memória da Educação. E-mail: baldino@pucgoias.edu.br.

**** Doutora em História Cultural pela UNB. Professora Adjunta do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da PUC GOIÁS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação, vinculada ao HISTEDBR/UNICAMP. E-mail: zeneide.cma@gmail.com.

cação ser construída em outros espaços de formação humana, no caso em estudo, as manifestações culturais populares.

Não se trata de dicotomizar a educação nos termos formal x informal, escolar x não escolar. A própria definição estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96, sem sombra de dúvidas, ampliou consideravelmente o conceito e abrangência de realização da educação em âmbito nacional: a formação humana ganha centralidade e a cidadania e o trabalho permeiam os diversos discursos educativos como estratégias de um ideal a ser construído.

A TRANSMISSÃO DE SABERES: ELEMENTOS TEÓRICOS

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996. Título I).

A partir dos preceitos legais abordados, entendemos a amplitude do que é considerado educação. O termo ‘manifestações culturais’, na maioria das vezes, enxergamos que este está ligado a culturas minoritárias, cultura de uma determinada localidade, aliadas ao tempo e ao espaço. Tais grupos vistos como mais restritos, de algum modo, parecem mostrar-se fora de uma cultura geral, que diz respeito aos saberes acumulados pela humanidade e que contam com todo respaldo das instituições educativas, sejam elas de ensino ou pesquisa, sendo vistos como marginais, pois, parecem posicionar-se à margem da sociedade e não menos importantes por isso.

Nesse sentido, utilizamos o termo manifestações culturais, indicado pela lei, e que expressa o conteúdo que alimenta a cultura popular, estando ligados à educação não formal. Desse modo, percebemos claramente na LDB elementos da educação formal, informal e não formal, embora haja momentos em que se aliem. Assim, apontamos alguns elementos que direcionam para a compreensão da educação para além dos processos escolares de aprendizagem.

A transmissão da cultura ocorre por meios sistemáticos e não sistemáticos. O sistemático é mais usado no que diz respeito à forma de educação denominada ensino. Em todo o tempo e lugar, com o desenvolvimento das sociedades, sempre existiu, em maior ou menor grau, essa transmissão sistemática de conhecimentos, uma estrutura de ensino. Sociedades complexas, como as do capitalismo, demandam estruturas e são no todo ou em parte, peças do aparelho do Estado. Assim, transmite a cultura oficial, aquela que obedece à característica social de que a cultura dominante é a cultura das classes dominantes (SODRÉ, 1986, p. 122-123).

Entendemos que a transmissão da cultura em nossa sociedade ocorre de forma complexa. Principalmente aos que escapam à esfera dominante, acabam por criar mecanismos de transmissão que, de algum modo, contribuem para a perpetuação de saberes informais/não formais. Brandão (1986) reflete sobre o processo inicial que envolve a relação entre a cultura desde a infância.

[...] Quero falar, portanto, das relações entre a criança e a cultura. Quero falar de um misterioso silêncio que torna opaca a presença da criança, enquanto cativo, entre as teorias de explicação da vida social. Quero falar, finalmente, de um não menos misterioso desequilíbrio, nem sempre percebido, nem sempre consciente, nem sempre denunciado,

e que perpassa praticamente todos os fundamentos das teorias e métodos de trabalho do educador de crianças (BRANDÃO, 1986, p. 7).

Os saberes reproduzidos, socializados e incorporados, de acordo com o que definem os segmentos populares, constituem, através do *habitus*, uma teia de relações entre família, crenças e comunidade dirigida a uma finalidade específica. Esse processo de reprodução de saberes não costuma ser muito visível, por isso, o intuito em ser desvelado e compreendido. Em nossa sociedade, a escola fica a cargo da educação formal, instituição esta que resguarda os conhecimentos científicos a serem transmitidos a cada geração. Mas, o saber do povo fica ao que nos parece a cargo do próprio povo e, talvez, essa forma difusa seja uma forma da manutenção desses saberes.

A partir de Brandão (1986) interrogamos,

como o saber se reproduz socialmente? [...] Quando o quadro concreto de referência é a sociedade primitiva, a questão é quase sempre muito pouco discutida, justamente porque o processo de reprodução do saber nunca aparece desvelado como na sociedade complexa, distribuído entre as instituições sociais de transmissão do conhecimento. Quando o quadro de referência é a sociedade de classe e, sobretudo, quando seus segmentos populares, quase todas as pesquisas estão dirigidas a discutir como as classes dominantes e os aparelhos do estado criam e recriam instituições e especialistas ocupados na reprodução de um saber que garante, para os seus produtores, a reprodução de um poder. Não é por mero acaso que desde a Sociologia clássica a Educação institucional e sua agência preferencial, a *escola*, têm sido o lugar quase único de estudo sobre a transferência do saber (BRANDÃO, 1986, p. 10).

O autor diz ainda que a educação é, entre outras formas, uma espécie de fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade, às vezes a ocultar, às vezes a inculcar, de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem, entendendo por transferência de saber as formas de transmissão de saberes de uma geração a outra.

A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser (BRANDÃO, 2007, p. 13).

Tais processos educativos são passíveis de serem observados nos rituais religiosos populares. Propagando-se das mais diversas formas, acontecendo naturalmente em meio às relações sociais direcionadas por um calendário festivo religioso e impulsionadas pela fé dos agentes, ao menos na maioria deles. Cada detalhe pode ser visto pelo olhar, pelos gestos, pela seriedade e pelo compromisso com que eles seguem seus ofícios. Essas são formas de educação, pois fazem parte de uma sequência histórica que a justifica e justificam a transmissão de seus saberes e, por sua vez, a sua continuidade, ao menos a tentativa desta garantia.

A continuidade e, por sua vez, a transmissão dos saberes se dão no interior da cultura por meio de trocas de símbolos de intenções, manifestações culturais, relações de poder que acontecem em situações de aprender-ensinar-aprender.

Segundo Brandão (2007), tudo o que é considerado importante para a comunidade e existe como algum tipo de saber existe também como algum modo de ensinar. Mesmo onde ainda não criaram a escola, ou nos intervalos dos lugares onde ela exista, cada grupo cria e desenvolve situações, recursos e métodos para ensinar às crianças, aos adolescentes, aos jovens e também aos adultos, o saber, a crença e os gestos que os tornarão, um dia, modelo de homem ou de mulher que o imaginário de cada sociedade, ou de cada grupo mais específico, idealiza, protege e procura realizar.

Onde há na cultura popular o que ensinar, cria-se algum modo de ensinar e de aprender. Os saberes, as diversas crenças, os gestos, a alimentação, entre incontáveis símbolos se se idealizam e projetam-se o que os grupos querem realizar e por fim definem os saberes que pretendem de algum modo perpetuar. O conteúdo que envolve a cultura popular é extenso, cheio de detalhes, saberes que vão sendo transmitidos desde o processo inicial de socialização.

[...] Ao processo global que tudo envolve, é comum que se dê o nome de socialização. Através dela, ao longo da vida, cada um de nós passa por etapas sucessivas de inculcação de tipos de categorias gerais, parciais ou especializadas de saber-e-habilidade. Elas fazem, em conjunto, o contorno da identidade, da ideologia e do modo de vida de um grupo social. Elas fazem, também, do ponto de vista de cada um de nós, aquilo que aos poucos somos, sabemos, fazemos e amamos. A socialização realiza em sua esfera as necessidades e projetos da sociedade, e realiza, em cada um de seus membros, grande parte daquilo que eles precisam para serem reconhecidos como “seus” e para existirem dentro dela (BRANDÃO, 2007, p. 23).

A educação, nos processos sociais de aprendizagem, vai se configurando a partir de amplas relações que se iniciam no âmbito familiar e vão se estendendo em uma rede de trocas de saberes, também entre agentes sociais não parentes, incluindo os aprendizes e os educadores sociais. Todos esses aspectos são também observados em momentos rituais públicos, passíveis de serem observados por quem tiver interesse ou fé.

Em todos os cantos do mundo, a educação existe, primeiramente, como um inventário amplo de relações interpessoais diretas no âmbito familiar: mãe-filha, pai-filho, sobrinho-irmão-da-mãe, irmão-mais-velho-irmão-caçula, e assim por diante. Há uma rede de trocas de saber mais universal e mais persistente na sociedade humana. Por fim, a educação pode existir entre educadores-educandos não parentes, mas habitantes de uma mesma aldeia, de uma mesma cidade, gente de uma mesma linguagem, semiespecializados ou especialistas do saber de algum ofício mais amplo ou mais restrito: artesão-aprendiz, sacerdote-iniciado, cavaleiro-escudeiro, e tantos outros (BRANDÃO, 2007, p. 31-32).

O autor salienta que todo este trabalho tradicional de classe, que sustenta um modo próprio de sua vida subalterna, é sustentado por formas próprias e, muitas vezes, popularmente muito complexas de saber. Nesse sentido, os agentes sociais que aprenderam a ter práticas e costumes em função de suas crenças, também referenciam a autoridade conferida àqueles que os lideram. O ato de aprender também impulsiona uma vivência coletiva. Segundo Brandão (1980),

[...] cada um a seu modo e atuando em espaços paralelos – as vezes cruzados – de um mesmo campo religioso, em um mesmo domínio popular, são sujeitos que sabem dar os nomes e prescrever as regras de nominação e as normas de trocas entre sujeitos humanos e sobrenaturais nominados (BRANDÃO 1980, p. 152).

Os rituais religiosos, por exemplo, escondem uma dinâmica interna dos diferentes saberes que são transmitidos e que podemos neles identificar o desenvolvimento de processos passíveis de ser compreendidos como processos de transmissão cultural, que permeiam e perpassam as relações culturalizadas pelos protagonistas. Dessa forma, torna-se possível de comprovação o sentido que Durkheim (1858-1917) atribui à educação enquanto processo socializador.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM apud PEREIRA; FORACCHI, 1977, p. 42).

Há uma vertente que defende a busca de compreensão da educação enquanto processo socializador, podendo este acontecer em diferentes espaços sociais, superando as clausuras dos espaços escolares. O que se sabe é que não é muito comum tais elementos serem difundidos e aceitos em ambientes científicos, especialmente no que se refere à formação de professores. Mascarenhas (2004) reforça essa questão ao afirmar que

não é muito comum, nos cursos de formação de professores e nas pós-graduações em educação, discutirmos os processos educacionais que se dão em outros espaços sociais. Na realidade há dificuldades para enxergá-la e analisá-la além das fronteiras da escola. O nosso olhar míope e nossa percepção de educação ressentem-se de uma certa clausura. Mas se observarmos um pouco mais atentamente ao redor, vamos ver que as fronteiras são tênues e há nisso uma grande riqueza e a possibilidade de trocas e interações. A educação é um processo rico e complexo, sendo elemento vital para a constituição da vida em sociedade e, também, instrumento por excelência da socialização dos indivíduos. Sabemos que sem socialização não há continuidade da vida social, pois ela é o processo pelo qual uma pessoa aprende a ser membro de uma sociedade e a educação é o meio através do qual a socialização se realiza (MASCARENHAS, 2004, p. 15).

Para ele há nessa concepção uma visão ampliada de educação, e esta pode ser entendida para além de sua dimensão estritamente socializadora defendida por Durkheim, e busca apreender novas relações entre educação, cultura e vida social. Nesse sentido, a autora afirma,

a educação é aprendizado, vivência, criação e recriação, movimento e interação. Sob esta perspectiva, a organização de grupos sociais que se consolidem por meio de uma ação conjunta, criando suas representações e se inserindo ativamente na realidade social, representa um processo educacional rico e diversificado. Por isso, podemos perceber a constituição dos movimentos sociais imbuída de um processo educacional muito significativo (MASCARENHAS, 2004, p. 18).

Acreditamos, portanto, que estamos diante de um campo contra-hegemônico em que estão inseridos grupos que cada vez mais querem demonstrar algo ou contrapor a algo que está posto, mesmo que não esteja tão visível. Vemos nitidamente tais iniciativas nos movimentos sociais, nas manifestações populares, sendo elas religiosas ou não e também nas mais diversas manifestações da cultura popular. Tais movimentos e ou manifestações são portadoras de identidades à medida que se diferenciam de outras práticas culturais normatizadas e aceitas com maior facilidade em ambientes acadêmicos, por exemplo, e ainda são vistas como marginais.

A FORMAÇÃO HUMANA NOS DIFERENTES ESPAÇOS: FORMAL OU INFORMAL

Ao analisarmos os estudos que envolvem as modalidades educativas, acreditamos que alguns questionamentos são importantes, pois resguardam e definem o lugar onde ocorrem ou deveria ocorrer cada uma delas. Nesse sentido, a compreensão dos processos educativos é indicada pela instituição escolar, porém acreditamos que tais processos se inscrevem para além dos espaços escolares de aprendizagem. Assim sendo,

em meio às modalidades educativas encontram-se a escola, a família, a comunidade e novamente a questão: cada modalidade estaria na sociedade agindo isoladamente? Ou haveria possibilidades desse saber formalmente organizado ao longo dos anos ser questionado, reavaliado e ainda observar a realidade e a cultura local? Isso quer dizer que esses saberes, que por questões relacionadas a poder, não entrariam normalmente no currículo escolar [...] (LOURES, 2011, p. 3).

A partir de Moura e Zucchetti (2001) podemos destacar que a denominação de educação não escolar tem o propósito de distinguir esta prática educativa daquela que acontece nos intramuros da escola, uma vez que a educação não formal vem sendo utilizada para nomear práticas fora do âmbito da escola. As autoras ressaltam, quanto a isso, que essa nomeação pode constituir um limitador para a análise de inúmeras experiências fora da escola e sua relação complexa atual.

Compreendemos ao longo de nossas observações que, em meio a esse processo de classificação das modalidades educativas, a problemática da cultura se instaura de forma não muito tranquila se considerarmos as relações entre educação e cultura prescritas e ou orientadas na própria lei educacional.

Podemos perceber que a relação entre educação e cultura não é tão tranquila assim quanto parece, pois ao mesmo tempo em que a escola deve observar os contextos culturais para contribuir na aprendizagem, a cultura torna-se um campo complexo principalmente na contemporaneidade (LOURES, 2011, p. 11).

Em Loures (2011) encontram-se duas concepções de escola: uma que veicula os estudos culturais, ou seja, a escola que ensina por meio de práticas multiculturais os conhecimentos locais, as experiências dos alunos e suas famílias, a vida cotidiana das classes populares, acontece nos contextos culturais mais imediatos, no caso, uma cultura mais localizada.

Uma vantagem de uma concepção de currículo inspirada nos Estudos Culturais é que as diversas formas de conhecimento são, de certa forma, equiparadas. Assim, como não há uma separação rígida entre o conhecimento tradicionalmente considerado como escolar e o conhecimento cotidiano das pessoas envolvidas no currículo (SILVA, 2009, p. 136).

A segunda, também analisada por Loures (2011), defende a formação humana, cultural e científica, refletindo sobre o patrimônio cultural da humanidade no desenvolvimento cognitivo dos alunos, a sua forma de inclusão social ao promover e ampliar o desenvolvimento mental, formando a personalidade do aluno através do domínio de saberes e instrumentos culturais. Aqui há a preeminência da cultura acumulada pela humanidade e dos saberes sistematizados.

Para compreender melhor essa questão, buscamos apoio junto às reflexões de Gohn (2010), visto que a autora amplia a discussão e sua visão a esse respeito se coaduna com nossos entendimentos.

Em princípio podemos caracterizar a educação formal como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e a educação informal como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.). A informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Os indivíduos pertencem àqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião etc. São valores que formam as culturas de pertencimentos nativas dos indivíduos. Contrariamente, a educação não formal não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado (GOHN, 2010, p. 16).

Um problema em nosso entendimento se dá em relação à questão da intencionalidade, uma vez que esta tem sido objeto de estudo de diversos estudiosos e, nesse sentido, alguns afirmam que a educação informal estaria desprovida dessa intencionalidade. Divergimos desse entendimento por acreditarmos que há intencionalidade em toda ação educativa, ocorra ela onde for.

Para Gohn (2010), na educação formal, os educadores são fundamentalmente os professores, embora as ações de todos os profissionais que atuam na escola têm caráter educativo por seu sentido e significado. Já na educação não formal, há a figura do educador social, mas o grande educador é o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, entre outros.

Segundo a mesma autora, na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). A educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localida-

de, idade, sexo, religião, etnia, entre outros. É importante notar que há aspectos de certa naturalização desses espaços porque muitos deles não são escolhas dos indivíduos: eles são dados por seus pertencimentos culturais.

Desse modo, quanto aos espaços, na educação formal, destacamos as escolas; na educação não formal, temos as trajetórias de vidas fora da escola em locais informais. Na educação informal, as referências apontadas são a nacionalidade, a localidade, a religião, entre outros pertencimentos culturais. Novamente insistimos que as fronteiras entre o não formal e o informal são por demais estreitas, chegando até mesmo à utilização do termo informal para se referir aos locais da educação não formal conforme salienta Gohn (2010):

a educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras, legislações e padrões comportamentos definidos previamente. Perfil do corpo docente e metodologias de trabalho são previamente normatizados. A não formal ocorre em ambientes e situações interativas construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um, em seu processo de experiência e socialização, pertencimentos adquiridos pelo ato da escolha em dados processos ou ações coletivas. Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados. Os saberes adquiridos são absorvidos nos processos de vivência e socialização pelos laços culturais e de origem dos indivíduos (GOHN, 2010, p. 17-18).

Conforme explica a autora, à medida que há intencionalidade na ação, através do ato de aprender e de transmitir ou trocar saberes educação informal, há também essa intencionalidade, pois à medida que os processos de aprendizagem parecem ser cada vez mais espontâneos, em sua essência sabemos que não o são. Defendemos que há intenção em qualquer ação na qual ou nas quais há agentes sociais transmitindo saberes pelos motivos que os próprios agentes reconhecem como indispensável. “[...] A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento” (GOHN, 2010, p. 18-19).

Novamente, a fronteira se torna tênue em se tratando da possível diferenciação entre o formal e informal. “A educação não formal tem seu próprio espaço, forma cidadãos, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida! Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política” (GOHN, 2010, p. 92-93).

Quanto ao conceito de educação não formal, ele expressa um *modus vivendi*, e, por assim dizer, uma postura política também em suas formas de representação dos valores incluindo religião, etnia, entre outros. Eis o conceito defendido pela autora:

conceituamos a educação não formal como um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, ela trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos. Portanto, não isolamos a

educação não formal à formação de indivíduos isolados, as aprendizagens e produção de saberes ocorrem em coletivos. Inserimos a educação não formal no universo dos direitos, na perspectiva da emancipação e autonomia dos sujeitos (GOHN, 2010, p. 93).

Gohn (2010), afirma que, ao tratarmos da educação não formal, a comparação com a educação formal é quase automática. O termo não formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos importante distinguir e demarcar as diferenças entre esses conceitos. A princípio, podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal, como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização na família, no bairro, no clube, entre amigos, na igreja etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Não contrapomos um tipo da educação ao outro; o ideal é que eles sejam articulados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDBEN/9394/96, mesmo considerando os limites e influências das determinações neoliberais internacionais, ousou trazer para o seu conceito orientador de educação as formações humanas realizadas em diferentes espaços sociais e culturais. Nesse sentido, tais delimitações são importantes porque foram inscritas historicamente ao longo do processo educacional, além de serem também importantes pela forma como os agentes se portam ao tratar deste ou daquele assunto, desta ou daquela forma de ensinar e aprender. “[...] o educador social numa comunidade atua nos marcos de uma proposta socioeducativa, de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes e da reconstrução e ressignificação [...] em confronto com o novo que se incorpora” (GOHN, 2010, p. 55). Portanto, a figura do desse educador é decisiva para a manutenção de saberes específicos locais numa determinada comunidade.

A autora aborda em seus estudos a educação como promotora de mecanismos de inclusão social, levando em conta as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, resgatando alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam, simplesmente, integrar indivíduos atomizados e desterritorializados em programas sociais compensatórios e conservadores.

Esses elementos são promotores da cultura popular e que se fazem existir frente aos agentes de seus grupos, com os recursos que lhes são disponíveis. A diversidade demonstrada pelas manifestações culturais pode ser uma das formas dos agentes sociais responderem adequadamente à organização do sistema social em que vivemos. Uma das respostas é a insistência da manutenção dos saberes que envolvem a cultura popular em uma sociedade que nos parece ser contrária a essa lógica. Sabemos que as universidades o fazem privilegiando os conhecimentos considerados científicos.

Sabemos ainda que as universidades possuem papel preponderante no sentido de trazer a tona, fazer veicular diversos tipos de saberes. Se não o fazem em meio às matrizes curriculares dos cursos de graduação, e ou planos de ensino das disciplinas, acreditamos que os

programas e projetos de extensão das universidades podem a nosso ver tornar-se um caminho fértil a ser percorrido no sentido de proporcionar vez e voz a uma diversidade de saberes tão silenciada ao longo da história.

EDUCATION AS A PROCESS SOCIALIZING THAT DEVELOPS IN CULTURAL EVENTS

Abstract: this article aims to discuss the educational and cultural opportunities between formal x informal and non formal education, school and non-school, institutional and social, among others. The LDBEN 1996, in Brazil, eventually expanding its concept of national education with a focus on possible human construction training in different social spaces.

Keywords: Formal education. Informal education. Non-formal education.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

_____. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. A descoberta da infância: o educador e a criança. *Revista da Educação AEC*. Brasília, ano 15, n. 61, p. 7-22, jul./set. 1986.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: ago. 2011.

DURKHEIM, Emile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, Luís; FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Nacional. 1977.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época. v. 1).

LOURES, Patrícia Marcelina. Modalidades educativas: a interlocução entre escola, sociedade e currículo escolar. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO SOBRE TRABALHO DOCENTE, 1., ; ENCONTRO BRASILEIRO DA REDE ESTRADO, 6., Maceió, nov. 2011. ISSN 2236-68 Disponível em: <http://www.lusobrstd.com/anais_online.php>.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, Jadir Morais (Org.). *Saberes de nós: ensaio de educação e movimentos sociais*. Goiânia: UCG, 2004.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de Moura; ZUCHETTI, Dinorá Tereza. Educação não escolar: refletindo sobre práticas para uma (outra) epistemologia da pedagogia social. *Contrapontos. Revista da Universidade do Vale do Itajaí*. Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação. ano1, n.1, p.185-202, jan. 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, 133 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 14. ed. São Paulo: Difel, 1986.